

Jornada “Lugares de Memória e Consciência em São Paulo”

Renato Cymbalista

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i18p154-158>

Por conta de sua história, alguns lugares nas nossas cidades são especialmente propícios para a problematização de questões e dilemas estruturais na sociedade: gênero, raça, tolerância, minorias étnicas, violações de direitos, abuso de poder do Estado, desigualdades sociais, entre outras.

São muitos os exemplos desse tipo de lugar. Em São Paulo, a simples evocação de seus nomes traz à tona memórias específicas: a sede do Deops na Luz, o comando do DOI-Codi na Rua Tutoia, a Rua Maria Antonia, o Carandiru... lugares que constituem, portanto, a um só tempo grandes oportunidades e grandes desafios do ponto de vista de sua ocupação.

Desde a década de 1990, grupos de ativistas e profissionais que atuam em instituições desse tipo no mundo vêm utilizando de forma cada vez mais recorrente uma categoria para designar tais espaços: a ideia dos lugares de consciência. Porque determinados fatos históricos ocorreram nesses lugares, é possível explorar essa história a partir de estratégias pedagógicas, institucionais, arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas, favorecendo a reflexão, fortalecendo nexos com episódios do passado que não podem ser esquecidos, reatualizando as problemáticas, testando permanentemente a potência das narrativas que se constroem em torno de episódios dramáticos.

Na América Latina, o conceito dos lugares de consciência vem sendo operado na maior parte das vezes a partir de um recorte específico: na lembrança dos vários regimes autoritários que se abateram sobre o continente principalmente nas décadas de 1960 a 1980, regimes que operaram com estratégias de terrorismo de estado, cometendo crimes de tortura, assassinato, ocultamento de corpos, falsificação da identidade de filhos de desaparecidos políticos, entre outros crimes contra a humanidade. Em casos como os do Peru e da Colômbia, sítios relacionados a crimes cometidos por guerrilhas também vêm sendo problematizados na chave da memória e da consciência, lembrando-nos que as violações de direitos podem partir de diferentes posições no espectro político, à direita e também à esquerda.

O exemplo mais eloquente no contexto regional é o da Argentina, cuja sociedade optou por não perdoar os crimes da brutal ditadura que matou talvez 30 mil pessoas em sete anos. Nesse país – cuja escolha histórica foi por não perdoar os crimes

perpetrados – sítios de memória como campos de detenção são mantidos com funções múltiplas, que passam pela pedagogia em torno dos direitos humanos, a arte-educação, a articulação política de grupos e movimentos sociais, e também como evidências forenses que podem ser acionadas em casos de processos judiciais de exigência de reparação ou de punição a perpetradores.

No que se refere ao Brasil, pode-se dizer que esse debate chegou de forma tardia e ainda precária. Após atos isolados, como a preservação do portal de pedra do Presídio Tiradentes na cidade de São Paulo, feito a pedido de ex-presos políticos ainda na década de 1980¹, apenas no século XXI houve ações mais relevantes, como a instalação do Memorial da Resistência no edifício onde funcionou por décadas o DEOPS, no complexo da Estação Júlio Prestes, também em São Paulo.

O processo vem ganhando momento recentemente, com a instalação de várias Comissões da Verdade e com o trabalho potente da Comissão de Anistia. O ano de 2014 marcou os 50 anos do golpe que iniciou o regime militar no Brasil e, como em todas as efemérides, constituiu-se uma oportunidade de debate a respeito da memória socialmente construída no Brasil. Pode-se dizer que essa data foi aproveitada de forma inédita e inúmeras iniciativas de aprofundamento dos processos de memorialização ocorreram no país.

A Jornada Lugares de Memória e Consciência foi proposta a partir da constatação de dois aspectos: por um lado, já existe no Brasil e em São Paulo um significativo repertório de instituições que lidam com a temática dos lugares de consciência especificamente relacionados às memórias do período da Ditadura.² Os grupos ligados a desaparecidos políticos e vítimas da tortura vêm operando a partir do instrumental teórico e das práticas, que podem ser acionados ao lidarmos com esses lugares: seu potencial pedagógico, a construção de vínculos entre desafios do passado e problemáticas contemporâneas, os requisitos museográficos e museológicos desse tipo de espaço etc. Essas redes e instituições são inclusive inseridos em redes internacionais que se dedicam a essa temática, caso da *International Coalition of Sites of Conscience*, da qual fazem parte o Memorial da Resistência e o Núcleo de Memória Política.

Por outro lado, instituições e grupos que poderiam operar a partir dessas mesmas categorias ainda não possuem esse instrumental em seu repertório corrente. São instituições e lugares que poderiam ser explorados como lugares de memória e consciência a partir de outros recortes: lugares relacionados à organização de movimentos e lutas sociais diversas, lugares de violações de direitos, lugares de segregação ou encarceramento, lugares onde foram cometidos graves equívocos

urbanísticos... a lista é extensa. A jornada foi proposta para facilitar a troca de experiências entre diferentes grupos e instituições, enraizando uma aproximação e ajudando a construir um vocabulário comum em relação a essa categoria de lugares. O encontro foi organizado em dois dias. No dia 9 de outubro de 2014 foram expostas experiências de lugares de memória e consciência que vêm sendo ocupados ou possuem perspectivas de ocupação, problematizando as escolhas realizadas, objetivando a transferência e construção de conhecimento. Cada uma das sessões possuiu um debatedor que apontou desafios e perspectivas. No dia 11 de outubro foi realizada uma visita a lugares de memória e consciência no bairro paulistano Bixiga. No primeiro dia, a primeira sessão, intitulada “Os desafios da institucionalização”, foram apresentados os projetos institucionais de três entidades em diferentes estágios de consolidação: o Memorial da Resistência (apresentado por Caroline Menezes); o Museu da Imigração (Marília Bonas) e o Memorial de Luta pela Justiça (Ana Paula Brito), a ser instalado no edifício da antiga auditoria militar. A sessão foi comentada por Maria Cristina Bruno (MAE-USP).

A segunda sessão dedicou-se à problematização de um lugar de consciência com perspectivas de ocupação e institucionalização nos próximos anos: o conjunto do DOI-CODI na Rua Tutoia. A sessão foi coordenada por Deborah Neves, a técnica do Condephaat responsável pelo parecer técnico que resultou no tombamento da instituição em 2014. Problematizaram-se os desafios do projeto institucional e arquitetônico para o local.

A terceira sessão foi intitulada “Diversificando a agenda”, e trouxe instituições que trabalham com temáticas diversas, que poderiam se beneficiar de reflexão mais sistemática sobre lugares de memória e consciência: a Vila Itororó (apresentada por Luiz Fernando de Almeida, que está à frente do projeto de restauro e reocupação); a Casa do Povo (Benjamin Seroussi e Mariana Lorenzi, responsáveis pela programação atual), tradicional instituição dos judeus de esquerda da cidade de São Paulo; e a Fábrica de Cimento de Perus (José de Souza Queiroz, antigo militante do bairro paulistano de Perus). A sessão foi comentada por Renata Motta, diretora da Unidade de Museus do Governo do Estado de São Paulo.

A quarta sessão dedicou-se aos lugares de memória e consciência que são geridos pela Universidade de São Paulo. Foram apresentadas as perspectivas institucionais para a Casa de Dona Yayá (Mônica Junqueira e Sabrina Fontenele); a Maria Antonia (José Lira e Fernanda Peixoto) e também um estudo etnográfico sobre uma das ocupações da Reitoria (José Guilherme Magnani e Yuri Bassichetto Tamburi, professor e aluno da FFLCH-USP), além da Rede Paulista de Educação Patrimonial, animada pela USP e

apresentada por uma de suas fundadoras, Simone Scifoni (FFLCH-USP). A sessão foi comentada por Íris Kantor (FFLCH-USP) e Fraya Frehse (FFLCH-USP).

Ao final do dia de trabalho, a jornada como um todo foi comentada por Ana Lúcia Lanna (FAU-USP/Condephaat), apontando as especificidades dessa temática, e as possibilidades de potencialização do conhecimento e da incidência se forem ampliadas as trocas entre as instituições, especialistas e movimentos sociais. Foram apontados também os desafios específicos de projeto arquitetônico para esses lugares, a necessidade de os projetos se articularem com a materialidade preexistente e deixarem os edifícios contarem sua própria história.

O segundo dia de trabalho foi dedicado às visitas ao bairro do Bixiga. Foram visitados a antiga Auditoria Militar, futuro Memorial da Luta pela Justiça, em que o Núcleo Memória Política e a Ordem dos Advogados do Brasil estão atualmente engajados (visita coordenada por Maurice Politi, coordenador do Núcleo Memória Política); a Vila Itororó (Norton Ficarelli, do Instituto Pedra, que está responsável pelo projeto de restauro e reocupação) e a Casa de Dona Yayá (Gabriel Fernandes). No final, foi apresentada a experiência do coletivo Rios e Ruas em recuperar, com ações artísticas e performáticas, as histórias de rios encobertos e canalizados da região do Bixiga.

A Jornada Lugares de Memória e Consciência em São Paulo pode ser considerada plenamente bem sucedida. Foi cumprido o objetivo principal, que era o da troca de experiências a partir da constatação de que não partimos da estaca zero nessa temática, que existe um significativo acervo de experiências, instituições e também de inquietações na cidade, nesse sentido. Foi identificado o papel estratégico da Universidade no fomento ao debate, e também na realização de projetos específicos que permitam que esses lugares atinjam suas potencialidades de reverberação de problemáticas da sociedade.

A discussão estruturou-se em um ambiente interdisciplinar, em que ocorreram aportes de áreas variadas do conhecimento: a Museologia, a Arquitetura, o Urbanismo, a Geografia, as Artes, a História, a Antropologia. Estruturou-se também a partir da interface entre atores sociais distintos: pesquisadores, educadores, gestores de políticas públicas, ativistas e artistas. Desta forma, reconhece-se a temática dos lugares de memória e consciência como um desafio de toda a sociedade, e não como tema a ser apropriado por um grupo específico.

Notas

(1) O portal remanescente do Presídio Tiradentes, onde foram encarcerados presos políticos durante o Estado Novo e também no período da ditadura militar, foi tombado em 1985 “pelo valor simbólico que representa na luta

contra o arbítrio e a violência institucionalizadas em nosso país em passado recente”. Resolução da Secretaria de Estado da Cultura 59, de 25 de outubro de 1985.

(2) O encontro foi promovido pela CPC-USP, pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa “São Paulo: Cidade, Espaço, Memória” e pelo grupo de Pesquisa do CNPq “Lugares de Memória e Consciência”. A comissão organizadora da jornada foi composta por Renato Cymbalista (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP), Anaclara Volpi Antonini (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP), Ana Paula Bertho (FFLCH-USP), Bruna Gabriela Elias (CPC-USP), Claudia D’Arco (CPC-USP), Gabriel Fernandes (CPC-USP), Lucimara Vianna (CPC-USP), Giovanna Fluminhan (FAU-USP), João Carlos Kuhn (FAU-USP), Ricardo Assumpção (Grupo de pesquisa “Lugares de Memória e Consciência”) e Sabrina Fontenele (CPC-USP). A comissão científica foi composta por Renato Cymbalista (FAU-USP), Ana Lúcia Lanna (FAU-USP), Deborah Neves (Condephaat), Irias Kantor (FFLCH-USP), Mônica Junqueira de Camargo (CPC-USP), Sabrina Fontenele (CPC-USP) e Simone Scifoni (FFLCH-USP).